



ATA ORDINÁRIA Nº 2911/2021

(Virtual nº 76)

Aos vinte oito dias do mês de setembro de dois mil e vinte um, às dezoito horas, reuniram-se para Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, através da plataforma virtual *Zoom*, nos termos do Decreto nº 20.611/2020, sob a presidência de GERMANO BREMM, Secretário Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS, e na presença dos:

CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS: Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC; Sônia Castro (Titular), Gabinete do Prefeito – GP; Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN; Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS; Carolina Wallau de Oliveira Kessler (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE; Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOI; Gustavo Garcia Brock (Titular), Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV; e Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS: Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS; Júlio Picon Alt (1º Suplente), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH; José Rodolfo Fork (1º Suplente), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS; Rodrigo Adanis Barbieri (2º Suplente), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS; Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON; e Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS.

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL: Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular) e Ronie Gomes (1º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3; Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4; Wagner Pereira dos Santos (1º Suplente) e Ricardo Angelini, (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Cinco – RGP. 5; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6; Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8; e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA.



43 **SECRETARIA EXECUTIVA:** Camila Maders Fonseca Coelho, **Secretaria Executiva da**
44 **SMAMUS;** Patrícia C. Ribeiro, **Taquígrafa/Tachys Graphen.**

45 **PAUTA:**

46 **1. Abertura;**

47 **2. Comunicações:**

48 **2.1. Comunicação Externa: Marinês dos Santos, Cooperativa Anita; Daniel Mesquita e**
49 **Antônio da Silva Matos, Fórum de Catadores;**

50 **3. Votação:**

51 **3.1. Atas: 2910 (21/09);**

52 **4. Ordem do dia.**

53 Após a leitura dos presentes e conferência de *quorum* o Senhor Presidente deu início aos
54 trabalhos às 18h06min.

55 **1. ABERTURA**

56 **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e**
57 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Boa noite, Senhores Conselheiros, Senhoras
58 Conselheiras. São 18h06min, temos *quorum*. Declaro oficialmente aberta a nossa Reunião
59 Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental. Uma alegria
60 estar aqui com vocês novamente, que tenhamos uma noite de proveitosas discussões, de
61 trocas, aprendizado sempre enriquecendo as pautas urbanísticas da nossa Cidade. Eu vou
62 fazer a leitura aqui dos presentes e peço que aqueles que têm interesse em fazer uso ao
63 período de Comunicação, por favor, faça a inscrição enquanto eu faço a leitura.
64 Lembrando que a gente tem hoje solicitação de duas entidades externas, Marinês dos
65 Santos da Cooperativa Anita para falar no período de Comunicação, e Daniel Mesquita e
66 Antônio da Silva pelo Fórum das UTs, cada um deles pelo período um 5 minutos. (Relação
67 dos presentes na inicial). Se faltou alguém pode se identificar no chat que a gente faz o
68 registro da presença. Então, antes de abrir o período de Comunicação externa vamos
69 encerrar as inscrições das Comunicações internas de conselheiros, por favor. Eu tenho a
70 Conselheira Maristela e o Conselheiro Felisberto inscritos para o período de
71 Comunicação. Temos mais algum inscrito? Do contrário a gente vai encerrar a inscrição
72 para o período de Comunicação e vai abrir para fala da entidade externa, as duas
73 entidades que estão inscritas. O Adroaldo também inscrito comunicação e Tânia inscrita
74 para o período de Comunicação. Vou registrar aqui no chat que fica a partir de agora
75 encerrado. Encerrada a Comunicação, está registrado ali no chat. Desejando uma boa
76 noite, saúdo a presença da Marinês dos Santos, que é da Cooperativa Anita. Marinês,
77 pode fazer uso da palavra. Bem-vinda a este Conselho pelo período de cinco minutos.
78 Fique à vontade.

79 **2. COMUNICAÇÕES:**

80 **2.1. COMUNICAÇÃO EXTERNA: Marinês dos Santos, Cooperativa Anita; Daniel**
81 **Mesquita e Antônio da Silva Matos, Fórum das UTs**

82 **Marinês dos Santos, Cooperativa Anita:** Boa noite. Boa noite para todos aí. Meu nome é
83 Marinês e a fala que eu vou fazer é bem rápida, é sobre a questão das unidades que estão



84 pedindo licenciamento, para um olhar bem profundo para todas as unidades, que têm
85 unidades que são bem ampliadas e com toda a estrutura, no caso ampliada pela
86 Prefeitura, e tem unidades que não. Tem unidades que são cedidas por outros setores,
87 galpão que a gente utiliza. Tem a COADESC, que é uma invasão. Tem a Irmão Cechin,
88 que é uma área que também fica em uma invasão. Então, essas unidades, por mais que
89 elas não estejam entregues em um convênio, recebendo como nós do DMLU, elas
90 recebem os seus resíduos. Então, tem que ter um olhar mais profundo como para outras
91 que estão bem ampliadas, como a Frederico Mentz, que são áreas feitas pela Prefeitura,
92 pela Padre Cacique, pela Vila Pinto. Entendeu? Se vocês forem dar uma olhada, uma
93 visitada nessas unidades, elas são bem ampliadas, é capaz de ser favorável para elas sim
94 uma licença ambiental, mas para as outras, como não são estruturadas e não são áreas
95 como as nossas mesmo, nem feita pela Prefeitura, é difícil. Então, peço esse olhar para
96 vocês. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e**
97 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Marinês, pela tua fala, contribuição aqui ao
98 debate, sempre muito bem vinda. Na sequência a gente tem o Daniel Mesquita e o
99 Antônio. Daniel Mesquita, da Associação Padre Cacique. Daniel, cinco minutos. **Daniel**
100 **Mesquita, Associação de Catadores da Padre Cacique/Fórum de Catadores:** Então,
101 vamos lá. Eu gostaria de falar sobre... (Inaudível/interferência no áudio). **Germano**
102 **Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade –**
103 **SMAMUS:** Não estamos te ouvindo, Daniel. Problema na conexão. A tua conexão está
104 bem ruim, Daniel. Não te ouvimos direito, tem um chiado no fundo e há falhas na tua falha.
105 Não sei bem o que pode ser. **Daniel Mesquita, Associação de Catadores da Padre**
106 **Cacique/Fórum de Catadores:** Agora melhorou? **Germano Bremm, Secretário**
107 **Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** É, tenta falar,
108 tem um chiado no fundo, tentar dar continuidade, vamos vendo. **Daniel Mesquita,**
109 **Associação de Catadores da Padre Cacique/Fórum de Catadores:** Está muito confuso
110 o diálogo com relação ao processo de licenciamento. A gente tem um retorno da SMAMUS
111 e do DMLU com relação à necessidade do desgravame para o procedimento do processo
112 de licenciamento. Então, a gente tem essa ânsia desse licenciamento, que pudesse
113 licenciar e tem muitos questionamentos com isso. A falta de participação, até por uma
114 questão de informação, poder ter essa informação, né, como, por exemplo, a questão do
115 gravame de equipamento comunitário, por ter sido escolhido esse gravame, esse é o
116 melhor, depois como essa questão da resolução do COMAM, a Resolução nº 005...
117 (Inaudível/interferência no áudio)... dá um norte, dá um auxílio, lá no final ela revoga, essa
118 Resolução nº 003/2021. Então, nós estamos descobertos, nós não temos mais uma
119 resolução. Essa resolução revoga inclusive as declarações... (Inaudível/interferência no
120 áudio). Prorroga automaticamente a licença operacional em fase de não manifestação
121 definitiva do órgão ambiental competente ou de não findar o processo de licenciamento,
122 né! Então, a gente está nessa dúvida, essa declaração, essa licença normativa está
123 revogada também. Por último, eu gostaria, são muitos termos técnicos nessa Resolução nº
124 003, no artigo 3º, § 17º, fala sobre regularização urbanística. (Inaudível/interferência no
125 áudio). Então, essa resolução nos retorna aos gravames. **Germano Bremm, Secretário**
126 **Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado
127 pela fala do Daniel, agradecemos a tua manifestação. Eu não sei se o Antônio... Antônio,
128 era essa a fala? Eu vi que entrou durante a fala do Daniel. Está liberado o teu microfone.
129 **Antônio da Silva Matos, Fórum das UTs:** Boa noite a todos, todas. Boa noite a meus
130 colegas companheiro, Marinês e Daniel. Nós somos do Fórum de Unidades de Triagem de



131 Porto Alegre, todos somos participantes ativos, somos da coordenação do Fórum. Temos o
132 prazer de estar participando do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e
133 Ambiental, aliás, um Conselho que eu reputo como talvez o Conselho para efeito de
134 sociedade porto-alegrense o mais importante, porque ele mexe com o poder da Cidade. É
135 por isso que os empresários têm tanto apreço e participação por este Conselho, sempre
136 marcam posição. No ano que vem, quando tiver eleição, a gente deve participar, a cidade
137 participa pouco. Então, se a Prefeitura fizesse um processo aí de qualificação, incentivo da
138 participação popular. Eu quero, na nossa função a gente pode falar muitas coisas, o nosso
139 tempo é pouco, mas mesmo que o nosso tempo fosse muito nós temos que ter o foco
140 naquilo que atrapalha o nosso trabalho aqui, como é que uma Cidade como Porto Alegre
141 não prevê no seu planejamento urbano um lugar para unidades de triagem, para galpões
142 de reciclagem? Como pode? Por exemplo, eu sou Presidente da Cooperativa do Campo
143 da Tuca e não tem nem praça aqui, nem presta tem, imagina ter lugar para galpão. Então,
144 nós estamos em um lugar muito ruim, mas estou aqui, não falo só em nome do Campo da
145 Tuca, e a Marinês, mas o Daniel falou um pouco sobre a Resolução do COMAM 003/2021,
146 que começa dizendo que dispõe sobre documentos para licença ambiental, estabelece
147 fluxo de tramitação. Ótimo, tranquilo, né! Depois fala nos consideramos, fala que as
148 nossas áreas podem ser potencialmente poluidoras. Bem no início aí, gente. Não estou
149 propondo ler agora, eu acho que qualquer coisa que nós propormos aqui nós temos que
150 dar continuidade para isso. Então, não vai ser uma intervenção de alguns minutos aqui
151 que vocês vão entender o que nós estamos falando. E no artigo 3º dessa resolução do
152 COMAM diz que o ideal seria que cada unidade de triagem ficasse há 20 km de raio, no
153 aeroporto teria uma dificuldade, né! Alguém viajou na maionese e foi aprovado. A nossa
154 Cidade é pequena, a área urbana, imagina, né! Nem a que fica mais longe do Centro, que
155 é justamente a do Daniel, lá da Padre Cacique, na Restinga, tem menos de 20 km de um
156 raio. Mas eu estou só chamando atenção para que talvez se preste atenção. Eu sou da
157 unidade mais antiga, junto com o aterro lá da Sertório, nós estamos com uma dificuldade
158 imensa de licença ambiental, muita dificuldade. Não dá para criar uma lei que impossibilite
159 da gente superar a dificuldade. Nós estamos em uma área que moram milhares de
160 pessoas, que tem prédios enormes, que tem mercados, muitos mercados. Qual é a
161 dificuldade? A gente tem que olhar o problema e tentar resolver o problema e não
162 contornar o problema. Eu estou colocando aqui, sou militante antigo dessa causa, leva a
163 sério isso, acho que nós temos que junto com o governo, junto com os técnicos, junto com
164 os conselhos que ficam junto a este conselho do Plano Diretor, a gente sentar junto e
165 resolver isso. No último caso, se não der, vamos fazer o que nós já fizemos um tempo
166 atrás, nós vamos para a Promotoria Pública, a Doutora Anelise, vamos pedir...
167 (Sinalização de tempo esgotado). Vamos pedir uma licença guarda-chuva. Nós não vamos
168 aceitar que algum tipo de protocolo aí nos impeça de trabalhar. Nós queremos ajudar todo
169 mundo e queremos chamar os conselheiros todos, aqui da minha região é a Maristela, de
170 outras regiões são outros, nós podemos sentar e conversar para tentar resolver isso, não
171 para apenas constar em uma ata a nossa presença aqui. Uma boa noite a todos, muito
172 obrigado pela atenção aí. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio**
173 **Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem. Obrigado, Antônio, pela fala. Eu
174 vou abrir para os questionamentos, os conselheiros têm direito de falar por um minuto,
175 temos o Rafael inscrito, Felisberto, Maristela e Vaneska. Eu queria só distinguiu um
176 pouquinho os assuntos, eu vejo que talvez houve um pouquinho de incompreensão nas
177 tratativas. Na resolução do COMAM 003/2021, que foi aprovado pelos conselheiros do



178 COMAM em 13/09/2021, ela justamente atende uma demanda, inclusive, construída em
179 conjunto com o Ministério Público, com a Doutora Anelise, enfim, com todos os atores
180 desse processo para criar um procedimento mais célere, a gente simplificar os
181 procedimentos, porque no licenciamento como um todo existe a etapa urbanística e existe
182 o licenciamento ambiental, que se chama licença de operação. Então, para a gente emitir
183 a licença de operação a legislação exige que nós tenhamos a regularidade do
184 licenciamento urbanístico. Então, isso sempre foi um ponto de dificuldade, porque o
185 urbanístico tem uma complexidade, em muitos casos essas unidades de triagem estão
186 instaladas em locais proibidos pelo Plano Diretor, embora estejam há tantos anos, e eu
187 vejo na fala do Antônio, talvez isso nós tenha sido pensado, incorporado dentro da
188 estrutura da Cidade, mas a gente está no próximo Plano Diretor já pensando isso, qual é a
189 unificação das estruturas. Isso facilitou bastante, porque a gente está conseguindo pegar
190 essa expertise e esse conhecimento todo licenciamento para trazer para o planejamento
191 urbano. Mas independente daquilo que estamos pensando para o próximo Plano Diretor, a
192 gente entendeu, especialmente, aquelas que estão conveniadas com o Município, que tem
193 uma série de unidades nesse sentido. Em uma conversa, em um diálogo com o Ministério
194 Público, mapeou-se como primeiro passo lá atrás, identificamos quais eram elas. A Equipe
195 do Planejamento, então, começou a se dedicar a mapear qual a problemática, qual o
196 impedimento legal de cada uma delas, porque cada uma vai ter um nível diferente. Uma
197 está dentro talvez de uma APP, outra está dentro de uma área proibida, outra poderia ser
198 superada com um Estudo de Viabilidade Urbanística, a outra não tem matrícula. Cada uma
199 tem uma situação diversa e a gente sabe que essa população, enfim, essa comunidade
200 tem dificuldade às vezes econômica de contratar um profissional para organizar essas
201 informações. Eu vejo que os processos às vezes ficam de um lado para o outro, porque
202 tem uma complexidade de aplicação de legislação, o pessoal não tem condições de
203 contratar os profissionais para uma etapa, mas tem uma etapa posterior, não conseguiu
204 identificar todas as etapas. Então, nós, por decisão nossa, optamos por tentar ajudar a
205 organizar isso internamente, não esperar desse interessado, dessa unidade de triagem,
206 porque isso a gente viu ao longo dos anos que não estamos conseguindo regularizar.
207 Então, a gente designou a Empresa do Planejamento para fazer esse mapeamento e a
208 partir disso, desse mapeamento da necessidade, da problemática de cada um, a gente
209 começou a tratar as estratégias de ação. Uma das estratégias de ação é que a gente
210 precisa regularizar urbanisticamente essas unidades. Então, algumas não vão ter
211 matrícula, enfim, uma série de problemas. Como é que a gente consegue superar alguns
212 dos pontos de Plano Diretor? Vamos gravar como equipamento público, essa foi a
213 estratégia, a gente grava como equipamento público. Então, em função disso teria alguns
214 benefícios, teriam algumas flexibilizações que a gente conseguiria fazer, não exigia
215 matrícula, superar alguns planos diretores. Então, é por isso que veio para este Conselho
216 aqui do Plano Diretor, que é responsável por aprovar os gravames, traçados da Cidade,
217 conforme prevê a competência no Plano Diretor. Então, é isso que veio para cá, a partir
218 desse gravame como equipamento público seguem os processos de licenciamento do
219 Estudo de Viabilidade Urbanística, da aprovação de projetos, depende de cada uma delas,
220 e a gente consegue superar alguns pontos nesse processo. Independente disso, em outra
221 frente a gente atuou no sentido de tentar emitir, enfim, tramitar o licenciamento ambiental,
222 que é licença de operação dessas unidades. Por isso foi feita essa resolução, assim como
223 vocês aqui do Conselho do Plano estão trabalhando na resolução dos gravames, em
224 paralelo a gente já conseguiu aprovar no Conselho do Meio Ambiente a parte ambiental,



225 que era para a licença de operação. E nessa resolução emitida pelo Conselho do Meio
226 Ambiente, em setembro agora, a 003/2021, a gente também superou alguns pontos, a
227 gente liberou, inclusive da regularidade urbanística alguns casos, para as coisas poderem
228 ir avançando, porque dependendo, em alguns casos vai ser necessário a licença de
229 operação, mas talvez para financiamento vai ter que ter regularidade urbanística. Então, a
230 gente optou por separar e encaminhar nesses dois eixos, tanto ambiental, quanto
231 urbanístico. Então, essa resolução trazia daqui, talvez tenha sido mal compreendida, foi
232 debatida no Conselho do Meio Ambiente em inúmeras oportunidades, passou pelas
233 câmaras técnicas do COMAM, ontem assentos as entidades e se entendeu que era
234 possível simplificar o processo de procedimento nessa resolução. Tanto que se criou a
235 licença de adesão e compromisso para as unidades, tudo no sentido de facilitar o
236 procedimento, ter mais simplificado para viabilizar essa licença de operação, o que não
237 está impedindo o que está agora em discussão no Conselho, que é o gravame como
238 equipamento público para a regularidade urbanística, que também é necessária.
239 Independente da gente conseguir tirar a licença ambiental de operação é importante que
240 tenha a regularidade urbanística, porque depois da aprovação do projeto consegue tirar
241 carta de habitação, consegue financiamento, consegue contratos, enfim, fica registrado,
242 fica na matrícula. Então, só compartilhar um pouquinho com vocês para que talvez fique
243 um pouquinho mais claro essas frentes adotadas e agora eu abro para as falas dos
244 inscritos. Para as respostas e comentários. Rafael, Felisberto, Maristela e por último a
245 Vaneska. Rafael, um minuto. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de**
246 **Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Quero primeiro cumprimentar o Antônio Matos. Ele não
247 ressaltou, mas eu vou ressaltar aqui, foi conselheiro ainda do Conselho Plano Diretor, ele
248 foi conselheiro nos anos 80, durante todos os anos 90, né, Antônio Matos? Pela zona
249 comunitária 3. Então, cumprimentar esse representante nosso durante muito tempo. Bom,
250 sobre a questão em si, quero reforçar, apesar de toda a explicação, Secretário, acho que
251 tem uma pergunta que é importante, quero reforçar uma pergunta que foi colocada pelo
252 representante da Associação Padre Cacique, é questão desse hiato entre aquilo que
253 consta na Declaração 24/2018 e as novas licenças que vão ser expedidas a partir dessa
254 reorganização que está sendo feita. Se há esse hiato ou não há? Acho que essa é uma
255 preocupação que foi explanada aqui. E por fim quero dizer que parece importante,
256 Secretário, que reúna no Fórum as associações, porque ao que parece, pelas falas que
257 ouvimos aqui, que não estão a par direito do que está acontecendo. É importante que eles
258 participem e tivessem participado da construção disso, mas principalmente agora para
259 esclarecer e até para arredondar a bola. Então, nem todos os atores foram envolvidos,
260 porque se nós estamos aqui vendo três associações pedindo esclarecimentos ainda, né,
261 parece que não houve o envolvimento delas. Então, quero recomendar, sugerir, propor,
262 daqui a pouco um fórum, estou chamando de “fórum”, mas uma figura que reúna essas
263 associações pelo menos para esclarecimento e participação, para contribuição deles no
264 processo daqui por diante. Mas o importante, Secretário, é esse hiato, o pessoal está
265 preocupado, porque esse hiato está entre a declaração de 2018 e as novas licenças que
266 vão ser expedidas. Se eles vão ficar resguardadas ou não. **Germano Bremm, Secretário**
267 **Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem.
268 Obrigado, Rafael. Na sequência o Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi**
269 **(Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Bom, boa noite a todos e
270 todas, conselheiros e conselheiras. Saudar o Antônio Matos, esse guerreiro do Partenon,
271 com longa história nesta Cidade. Eu queria propor que a gente fizesse o GT de trabalho



272 para trabalhar a realidade de cada uma dessas unidades. Há uma confusão e um
273 desconhecimento do início desses galpões de reciclagem. Muitos desses galpões surgiram
274 na Temática de Desenvolvimento Econômico e Tributário no Orçamento Participativo, cito
275 algumas delas, a da 5ª Unidade no Parque Industrial da Restinga, foi construída para
276 englobar a mão de obra da 5ª Unidade. A unidade ali da Cavalhada. Se alguma coisa
277 estive errada que me corrijam. Também um galpão de reciclagem para incorporar junto
278 com o reassentamento das famílias. A AREVIPA, que é na Paraíba, também, agora
279 totalmente desvirtuada. Já estou finalizando, Secretário. É importante essa lembrança.
280 Então, eu proponho um grupo de trabalho, porque algumas dessas unidades têm em
281 características diferentes e surgiram de maneiras diferentes, junto com o projeto
282 habitacional. Então, a gente não pode desassociar isso e muitas delas estão em áreas de
283 propriedade de governo estadual, federal e municipal. Então, nós temos que limpar esse
284 meio de campo. Então, eu proponho um grupo de trabalho e que a gente tenha o cuidado
285 envolvendo todos os interessados. Obrigado e era isso. **Germano Bremm, Secretário**
286 **Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado,
287 Conselheiro Felisberto. Conselheira Maristela na sequência inscrita. **Maristela Maffei**
288 **(Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Boa noite, Secretário. Boa
289 noite, conselheiros, conselheiras. É uma honra ter aqui hoje participando esse público tão
290 seletivo, tão nobre, como o caso do Daniel lá da Restinga. Desculpa, é a Ivani? E o Matos.
291 Matos, tenho muito orgulho de tu teres sido uma das pessoas que me convidou e no caso
292 hoje estou aqui como Conselheira. Mas o que eu queria tratar, Secretário, e colaborar, que
293 é isso que nós estamos fazendo com a nossa Cidade, é que, na verdade, eu acho que o
294 Felisberto aqui e o Rafael, trataram muito bem quando se fala da questão da diferenciação
295 de execução e elaboração dessa política para a Cidade. Por exemplo, aqui ao lado do
296 UTC, onde eu moro aqui na Lomba do Pinheiro, nós temos uma longa história da UTC,
297 bem como nós temos três clandestinos com praticamente escravo, destruindo com o meio
298 ambiente com mata nativa, mata atlântica nativa e nada foi feito. É um trabalho de patrão,
299 de escravização, não tem um trabalho de cooperativismo, associativo em prol da
300 sociedade. Então, bem como diz o Felisberto, nós temos que limpar essas questões todas.
301 Louvo sim a preocupação da Prefeitura, do COMAM, enfim, de todos os órgãos, mas louvo
302 também a nossa intervenção no sentido de participarmos, de esclarecermos e ter esse
303 montante da sociedade, esse montante tão nobre para nós, essa linhagem tão profunda da
304 nossa sociedade, que se faz presente neste momento aqui. E que bom que pude estar
305 aqui neste momento para ajudar a ser uma interlocutora de um momento tão rico para nós,
306 Secretário. Muito obrigada. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio**
307 **Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Maristela, também pela
308 fala. Depois inscrita a Conselheira Vaneska. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente),**
309 **Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade –**
310 **SMAMUS:** Boa noite a todos os conselheiros. Eu ia mais esclarecer a parte técnica, que
311 eu entendo que foi bem esclarecida pelo Secretário. Então, até não sei se ficou alguma
312 lacuna ainda de entendimento da parte do licenciamento urbanístico, que é justamente
313 essa questão desse primeiro reconhecimento que era necessário ali, em alguns casos até
314 para poder permitir que a atividade se realize. A gente entende que a gente está alinhado
315 com o tema de revisão do plano, que essas estruturas têm que estarem previstas no Plano
316 Diretor, serem pensadas enquanto sistema e esse é um desafio que a gente vai ter na
317 nossa revisão do plano, reconhecer essa atividade. Só mencionar que a comunidade tem
318 acompanhado através das reuniões do Ministério Público, que o Secretário mencionou,



319 bem como as reuniões muitas vezes do COMAM. Isso também os responsáveis técnicos
320 estão trabalhando para a regularização dessas unidades de triagem. Depois a gente pode
321 também resgatar essas informações e disponibilizar para ver quem eram os presentes,
322 todas as reuniões têm ata. Então, é bem fácil de poder resgatar para saber quais os
323 agentes que participaram dessa comunicação, para poder iniciar esse processo que visa
324 poder regularizar essas unidades no território. **Germano Bremm, Secretário Municipal**
325 **de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Vaneska. De
326 repente até compartilhar, é a Catiane, né? Quem é o contato ou a responsável técnica lá
327 do DMLU que está conduzindo? **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretária de**
328 **Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Posso depois
329 passar, dentro da nossa diretoria é a Arquiteta Natália e tem uma do DMLU, que tem
330 acompanhado essas atividades. Até estava pegando algumas informações com ela aqui,
331 enquanto a gente está na reunião, para que a gente possa construir, a gente quer ter cada
332 vez mais um trabalho mais eficiente de comunicação também. **Germano Bremm,**
333 **Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:**
334 Obrigado, Vaneska. Então, perfeito, podemos inserir na próxima pauta da próxima reunião
335 a deliberação com relação à criação de um grupo de trabalho, enfim, aos conselheiros que
336 estão dispostos a contribuir com relação ao tema. Por favor, eu peço que façam a inscrição
337 prévia com a Camila, aqueles que estariam dispostos, aí a gente delibera na próxima
338 reunião para formatar esse grupo de trabalho, enfim, aí fica esse grupo também no sentido
339 de se organizar com a pauta de reuniões. Enfim, a equipe e o governo, eu não tenho
340 dúvida que a Natália, a representante do DMLU lá que é responsável técnica, vai
341 oportunamente fazer a apresentação, enfim, explicar os pontos que foram tratados. A
342 Doutora Ângela também pode falar com relação ao licenciamento ambiental. O fato é que
343 a gente está em um esforço de construir algumas soluções, tanto a resolução essa que
344 saiu do COMAM, quanto essa que está em pauta aqui no Conselho para a gente
345 simplificar os procedimentos das unidades de triagem, tentar dar essa regularidade que a
346 gente sabe que é tão importante para essa população aí. E também inserir no nosso Plano
347 Diretor, a partir dessa experiência, essa vivência que a gente está tendo inserir isso dentro
348 do Plano Diretor, que a gente sabe que é importante a gestão do resíduo dentro do
349 território, que às vezes acho que mais por desconhecimento ou o próprio amadurecimento
350 mesmo do tema e da pauta, eu acho que está muito maduro da gente inserir dentro desse
351 processo de revisão e comportar essas estruturas dentro do espaço urbano. Senhores e
352 senhoras, passamos à deliberação... Não, temos Comunicação. As comunicações dos
353 conselheiros, temos a Conselheira Maristela, Conselheiro Felisberto, Conselheiro
354 Adroaldo, Conselheira Tânia e Conselheiro Gomes. Então, eu oportunizo a fala para a
355 Conselheira Maristela, no período de Comunicação. Três minutos, Conselheira, fique à
356 vontade. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:**
357 Obrigada, Secretário. Eu quero aproveitar este momento para divulgar o processo que nós
358 estamos iniciando, muito tempo já de luta sobre a primavera da democracia, no sentido
359 das não privatizações dos serviços essenciais à nossa sociedade. Nós temos visto aí o
360 problema gravíssimo, a questão do aumento da nossa energia, do gás, a privatização da
361 água, enfim, Carris e tantos os outros órgãos que nós consideramos equilíbrio, essência
362 de equilíbrio da nossa sociedade. Então, eu quero trazer aqui o lançamento do Brasil de
363 Fato, do plebiscito que nós estamos vivenciando, estou aqui com jornal e o abaixo-
364 assinado que nós queremos chegar a um milhão aqui em Porto Alegre, né! E oito milhões
365 no Brasil de assinaturas. Estamos aqui com o livrinho didático e explicativo sobre todo o



366 processo que nós estamos vivenciando de privatização, para envolvermos a nossa
367 sociedade. Nós vivemos, ainda bem, com muita resistência na democracia, apesar dos
368 pesares resistência sempre, trazendo esse tema tão profundo para nós, que é a questão
369 das não privatizações. Nós estamos vendo na e em tantos outros lugares, no Piauí, por
370 exemplo, vendendo a preço de banana a área lá e vendendo por pouco ou nada, porque
371 botam fogo para proporcionar essa postura. Já na época da ditadura militar era feito aqui,
372 onde os estancieiros do Rio Grande do Sul levavam para o Paraná, depois chegou no
373 Mato Grosso do Sul e hoje é em todo o Brasil, acabando com o nosso equilíbrio. Eu não
374 chamo de pulmão, porque a gente sabe que não é, mas a importância da biodiversidade, o
375 que significa para a nossa autonomia enquanto país, enquanto autonomia dos povos.
376 Então, viva a essa iniciativa, nós estaremos em todos os lugares para colher e com
377 certeza, Secretário, estarei aí visitando o senhor para também ter o seu aval nessa
378 prestação de serviço para a sociedade. Muito obrigada. **Germano Bremm, Secretário**
379 **Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado,
380 Conselheira, Maristela, pela fala, seremos parceiros, sem dúvida. Na sequência, então, a
381 gente tem o Conselheiro Felisberto inscrito. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de**
382 **Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Bom, boa noite novamente, né! É importante
383 esse debate sobre as unidades de triagem para que a gente possa construir, incorporar
384 essas pessoas às cooperativas que trabalham em um trabalho que engrandece esta
385 Cidade e faz com que ela seja um exemplo para o país. Então, parabéns aos recicladores,
386 a esses heróis da ecologia. Então, na semana passada eu, o Adroaldo e a Claudete
387 visitamos das que estavam no processo, mais de 5 unidades e isso fez com que a gente
388 tomasse conhecimento das diferenças de cada unidade dessas. Então, é importante que a
389 gente saia um pouco dos nossos locais para visitar essas unidades e conversar com as
390 pessoas. Quero saudar a Marinês, todas as pessoas que não receberam, a Núbia, todas
391 as pessoas que nos receberam bem e naquele um minuto não deu. Então, neste momento
392 de informe eu quero colocar isso. Ao Antônio Matos, então, agradecer as palavras da
393 Marinês, mas é importante que a gente tenha esse olhar para a Cidade, nós somos
394 conselheiros da Cidade, nós somos conselheiros regionais eleitos pelas comunidades.
395 Então, é importante que a gente dê retorno para quem nos elege e mesmo àqueles que
396 não participaram. Por fim, eu quero dizer da minha estranheza da reunião que teve no
397 Paço Municipal, na sexta-feira, para tratar do projeto ou do reassentamento das famílias do
398 Quilombo Caddie. Estranho essa atitude, participação do Prefeito, Secretário André
399 Machado, Conselheiros do OP e a comunidade não é convidada para se manifestar.
400 Estranho muito isso, isso me parece muito sério em que não envolva e se violente direitos,
401 depois se queixam quando a gente leva ao MP, não tem outra forma! Não tem outra forma!
402 E tem mais um agravante, que é muito sério, que aconteceu ontem, alguém representando
403 o Zaffari esteve na área tentando fazer com que as pessoas vendessem ou aceitasse o
404 pagamento da compra assistida. Isso é muito grave, é muito sério! É muito sério! Já foi
405 sério quando não ouviram a comunidade, agora pressionar? Não vai ser assim! Desculpe,
406 não vai ser assim! Podem ser os poderosos desta Cidade, mas não é assim. (Sinalização
407 de tempo esgotado). Eu estou finalizando, Secretário. Isso é muito sério e tem ser levado
408 ao MP para que se aprove as responsabilidades sim. É muito sério isso! Obrigado, era
409 isso que eu tinha para colocar. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo,**
410 **Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto, pela
411 fala, sempre contundente na defesa, na sua visão. Na sequência, então, o Conselheiro
412 Adroaldo inscrito. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de**



413 **Planejamento Dois – RGP. 2:** Boa noite, Presidente. Boa noite, Conselheiros. Quero
414 inicialmente cumprimentado a Marinês, o Daniel e o Antônio Matos pelas fala, por essa
415 luta. Eu já me proponho a fazer parte desse grupo aí para continuar discutindo as
416 unidades de triagem. Presidente, eu quero continuar na fala aqui do Conselheiro
417 Felisberto, porque me surpreendeu bastante, uma reunião ontem não foi comunicada a
418 comunidade, este Conselheiro também em princípio não teria acesso. Não foi chamado,
419 não foi convidado para ser tratado de um tema que a gente vem todos os dias
420 conversando, que é a questão do Quilombo Caddie. Então, a gente estranha a forma como
421 está sendo tratado do governo para dentro da sociedade e a gente fala tanto em um
422 governo democrático. Se isso for democrático, eu acho que eu estou no país errado aqui,
423 na cidade errada. E eu gostaria e deixar muito claro que eu continuo representando essa
424 comunidade, essa região essa questão do Zaffari também é surpreendente, por que agora
425 o Zaffari se interessou em conversar com a comunidade? Eles estão lá há mais de 100
426 anos, nunca ninguém procurou aquelas pessoas para levar algo que pudesse melhorar o
427 meio de vida das pessoas. Agora está nos preocupando em reassentar, não estão
428 preocupados em reassentamento, só queriam saber quanto eles queriam para sair de lá.
429 Então, parece que está invertida a fala na Cidade. E estranho que o Prefeito Melo
430 ofereceu o seu gabinete para ser discutido, mais ainda o Secretário André Machado e
431 pede a reunião para conversa ente as secretarias, vice-prefeito, o nosso próprio
432 Presidente aqui, o Secretário, lá bonito só olhando e nós da comunidade, os que estão
433 acompanhando, não conseguem participar. Os conselheiros do Orçamento Participativo,
434 que nós sabemos que neste momento está enfraquecido, não seriam legítimos
435 representantes para defender a região, como eles nem conhecem a região, nunca
436 entraram naquela comunidade. Então, quero deixar essa minha estranheza aqui e espero
437 que mais adiante a gente possa sentar para conversar sobre o Quilombo Caddie.
438 Obrigado, Presidente. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio**
439 **Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Adroaldo, pela fala. Na
440 sequência, então, a gente tem a Conselheira Tânia. Boa noite, Conselheira! **Tânia Maria**
441 **dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Boa noite.
442 Boa noite, Secretário, boa noite a todos. Boa noite, Seu Matos, prazer em vê-lo aqui,
443 Marinês, sejam bem-vindos. Eu gostaria de também fazer uma ressalva aqui da
444 importância da construção desse GT, para que a gente possa debater com muito cuidado,
445 com um olhar bem atento a esses processos referente às reciclagens da Cidade. As
446 reciclagem além de ajudarem a manter a cidade limpa, organizada, elas alimentam famílias
447 e são muitas famílias que dependem da reciclagem. E além de tudo elas ajudam na vida
448 do planeta. Então, a importância é muito maior do que se tem noção, é muito mais
449 profundo, eu acho que a gente precisa conversar sobre isso, Felisberto. Vai ser muito bem
450 empregado aqui esse GT, vamos fazer e vamos participar, porque é uma longa e não é
451 coisa pouca não. Outra coisa que eu gostaria de falar, o Adroaldo falou, o Felisberto
452 comentou, estiveram aqui na minha região de planejamento, na Região 4, e a conselheira
453 não foi convidada e nem os moradores da região para esse debate. Então, eu não consigo
454 entender, eu pedi algumas explicações, a responsável me falou alguma coisa, mas não
455 deixou nada claro. Então, a gente gostaria de saber quando vem na nossa região, nada
456 mais justo que convidar os conselheiros e a comunidade para esse debate, não ficarem
457 debatendo entre si, a comunidade não sabe nada e muito menos o conselheiro
458 representante das regiões. Outra coisa que eu quero falar também é uma reclamação e um
459 apelo à Prefeitura de Porto Alegre e aos seus representantes aqui deste Conselho,



460 referente à pista de skate do IAPI. Estão falando em construir uma nova pista de skate,
461 mas a pista de skate, que inclusive nos finais de semana reúne várias famílias no seu
462 entorno, a pista de skate do IAPI é a única pista da América do Sul com esse formato, que
463 inclui várias modalidades do skate dentro dessa pista, uma das pistas mais importantes do
464 Brasil e da América Latina. É conhecida mundialmente, aparece em vários vídeos
465 internacionais essa pista do IAPI. Inclusive, skatistas campeões, como o Marlon Silva,
466 Dwayne Fagundes saíram dessa pista do IAPI. Hoje tem várias apostas do skate que estão
467 lá, são crianças que estão treinando, que inclusive tem que varrer a pista, fazer a
468 manutenção, estão lá treinando, que são apostas do nosso Brasil no skate, que hoje o
469 skate é um esporte olímpico, né! Então, a pista está quebrada, a pista está suja,
470 abandonada, sem luz, inclusive os funcionários que trabalham lá têm que trabalhar sem
471 luz, não tem luz nem para carregar a bateria do seu celular. Então, é um pelo que é feito,
472 porque o que adianta fazer uma pista nova e uma das pistas mais importantes da América
473 Latina está sucateada, como todos os nossos bens históricos e públicos. Então, é só isso.
474 Muito obrigada. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente
475 e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigada, Conselheira Tânia, pela contribuição. Na
476 sequência o Conselheiro Gomes. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de
477 Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Boa noite, conselheiros. Boa noite, Presidente.
478 Eu queria repercutir um pouco sobre a audiência pública que aconteceu na semana sobre
479 as torres do Beira Rio. Até pensei que ia ter mais conselheiros repercutindo também, mas
480 não vou deixar de fazer alguns comentários e alguns registros. O projeto, o EVU foi muito
481 bem apresentado pelo Patrick, o Arquiteto Patrick, da Secretaria, e digamos assim, que
482 das apresentações técnicas ficou faltando muito uma apresentação técnica do grupo de
483 arquitetos no Inter, que foram substituídos por dirigentes, os famosos aí capas pretas, para
484 tentar colocar para nós o projeto que a gente bem conhece. E, conseqüentemente, eu
485 fiquei muito chateado pela quantidade de mentiras que se falou sobre como repercutiu,
486 como passou, como foi discutido o projeto dentro do Conselho do Plano Diretor. Para eles
487 lá, para os capas pretas do Inter, passou batido aqui, que aqui já passou, coisa que não
488 aconteceu. Veio o EVU para cá, nós apresentamos uma série de óbices em relação a fazer
489 a discussão naquele momento, em função de não haver a previsão de uso residencial no
490 local. O Presidente teve uma posição firme, que foi referendada, diga-se de passagem,
491 pela resposta que a PGM deu ao documento, que quem formalizou foi o Felisberto pela
492 região de Planejamento 1. O Felisberto sintetizou a nossa discussão, fez uma moção à
493 PGM, o Presidente encaminhou à PGM, e eu estou com ela inclusive aberta aqui. A PGM
494 acaba dando também, sintetizando, dizendo que a gente poderia discutir o EVU, porque
495 EVU não gera direitos de construção, de aprovação de projeto, sempre estaria
496 dependendo. Eu acho que nós encaminhamos muito bem encaminhado e paralisar o
497 processo naquele momento. Nós estamos falando de um projeto que tramitou aqui em
498 2019, nós estamos em 2021, no final do ano de 2021. Bom, o projeto, eu não vou discutir o
499 mérito dele aqui, nós vamos ter a oportunidade de discutir, se é que vamos estar aqui
500 neste Conselho quando voltar para cá, porque os próprios dirigentes do Inter acham que
501 não volta este ano, por exemplo, que não é aprovado, que não é discutido, que não é
502 debatido, que não é votado na Câmara de Vereadores, talvez seja votado bem mais tarde.
503 O que eu levanto pela complexidade que tem esse projeto e cada vez fica mais claro para
504 mim, que para dar esse prêmio ao Inter de ser um grande promotor imobiliário de Porto
505 Alegre, esse presente que a legislação daria para ele se transformar, porque o Inter não é
506 um imobiliário, não é uma empresa de construção, mas ganharia o direito de colocar no



507 mercado um bem para vender, devidamente com uma contrapartida financeira...
508 (Sinalização de tempo esgotado)...de 20%, 25%, sei lá, conforme o negócio, conforme se
509 faz esses negócios no mercado imobiliário. Nunca vi em campo de futebol, mas aí nós
510 estaríamos dando esse salvo-conduto para o Inter. Então, se isso pode vir acontecer? Isso
511 pode vir acontecer, não depende de nós, está lá na Câmara de Vereadores. Mas eu digo o
512 seguinte, se vão ganhar esse premi, eles vão ter que dar um premio muito maior para a
513 Cidade, não são aquelas contrapartidzinhas que estão apontadas ali no EVU, teria que
514 ser realmente alguma coisa de impacto para dizer: Pô, fomos premiados por Porto Alegre
515 para fazer esse grande empreendimento, para dar uma repercussão enorme, financeira...
516 Financeira para o Inter! Ok? Então, esse é o bem que nós vamos deixar para a Cidade, um
517 bem muito grande, muito interessante, emblemático também, como seriam as torres, se é
518 que serão aprovadas. Presidente, muito obrigado pelo espaço. **Germano Bremm,**
519 **Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:**
520 Obrigado, Conselheiro Gomes pelas falas trazidas aqui, lembranças com relação ao
521 processo do Internacional. Acho que ficou bem esclarecido também da audiência pública,
522 foram muito ricas as falas hoje aqui. Passamos, então, Senhores Conselheiros, à votação
523 das atas:

524 3. VOTAÇÃO:

525 3.1. ATAS: 2910 (21/09)

526 Estamos em dia, a ata de 21/09. Que alegria, estamos com as atas em dia. Se temos
527 objeção, Senhores Conselheiros, para aprovação das ata ou alguma abstenção, por favor,
528 manifeste-se no chat. A Conselheira Maristela tem uma Questão de Ordem. **Maristela**
529 **Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Secretário, vou ser
530 bem rápida, bem breve. Só quero dizer para esse senhor que representa o Conselho,
531 conselheiro de uma reunião, que mentira é uma coisa muito... **Germano Bremm,**
532 **Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:**
533 Conselheira, desculpa! Não vamos fazer... Desculpa, eu lhe cortei. Conselheira, a Questão
534 de Ordem é para as dúvidas, eu sei que a senhora quer voltar no tema do Internacional e
535 não tem Questão de Ordem nas Comunicações. Eu imaginei que fosse com relação à ata,
536 Conselheira. Então, por isso que tive que lhe silenciar, tá, Conselheira? Não tem Questão
537 de Ordem no período de Comunicação justamente para não voltarem todos os temas.
538 Todos tem a oportunidade de falar dentro do seu tempo, a senhora teve a sua
539 oportunidade. Passamos, então, Senhores Conselheiros, à votação da ata. Depois se
540 temos objeção à aprovação da ata ou alguma abstenção, por favor, faça a manifestação no
541 chat. Naturalmente, seguimos o nosso regimento, por favor, sem ofensas no chat.
542 Lembrando que este é um Conselho, existe apuração em processo de ética com relação a
543 faltas ao regimento. Então, vamos manter a nossa elegância, o nível do debate que estava
544 nas unidades de triagem, muito bom o amadurecimento do tema. Nós temos que na
545 sequência aprovar esses processos importantes para a Cidade como um todo. Conselheiro
546 Mark, tem uma Questão de Ordem? **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de**
547 **Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** É uma Questão de Ordem porque
548 antes de participar da reunião eu fiz a leitura da ata, porque eu costumo aprovar a ata
549 após a sua leitura. Não aprovo a ata sem conhecê-la. Então, aqui na página 10 eu queria
550 fazer uma correção, na linha 449, ali diz que as atas que foram aprovadas são 2926, 2927,
551 2828 e 2929. Essas atas com esses números não existem. Então, eu estou sugerindo á
552 redatora da ata a correção para que se aproprie aqui os números corretos. Na página 17,



553 eu estava lendo ali entender uma manifestação que o Felisberto fez ali, na linha 772 ele
554 está se referindo a uma prensa da França e ali saiu uma palavra com outra grafia. Eu
555 estou sugerindo a correção nessa linha 772, usando a palavra prensa ali, porque há uma
556 incorreção no texto da ata. Era isso, Conselheiro Presidente. **Germano Bremm,**
557 **Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:**
558 Obrigado, Conselheiro Mark. Consignamos a sua manifestação, que vai ser inserida à
559 observação ao final da ata com as suas contribuições. Temos 6 abstenções, nenhum voto
560 contrário. Aprovada a ata com as consignações trazidas pelo Conselheiro Mark.
561 **APROVADA A ATA 2910.** São 19h06min, passamos ao item:

562 **4. ORDEM DO DIA:**

563 **4.02. EXPEDIENTE: 19.0.000005293-3**

564 **INTERESSADO: Neide Pirillo Silva e Outros/Lyx Participações e Empreendimentos**
565 **S/A**

566 **ASSUNTO: EVU**

567 **LOCAL: Estrada Retiro da Ponta Grossa, 117**

568 **RELATOR: SMOI (Distribuído em 17/06/2021)**

569 Nós tivemos o parecer do relator após a diligência, parecer favorável em 10/08. E temos a
570 apresentação do relato de vista. Tínhamos inscrito para o relato de vista o Conselheiro
571 Felisberto, que apresentou em 17/08. A gente fez a alteração e oportunizou novo relato de
572 vista. É aquele expediente que a gente retirou a resolução de gravame e mantemos só o
573 EVU, a partir disso a relatora corrigiu o relato em 21/09 e tivemos solicitação de relato de
574 vista o Conselheiro Felisberto, o Conselheiro Mark e o Conselheiro Gomes. Recebemos do
575 Conselheiro Felisberto o relato de vista, o qual oportunizo para fazer a fala. Eu vou pedir
576 para a Equipe do Planejamento nos lembrar do que se trata o tema, a Vaneska que vai
577 nos apresentar? **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria de Municipal de**
578 **Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Sim. Então, é o Item 4.02
579 da pauta, Expediente 19.0.000005293-3. Já foi apresentado pelo Planejamento em outra
580 oportunidade, mas entendo que faz algum tempo. Então, para lembrar que se trata de
581 um Estudo de Viabilidade Urbanística no Retiro da Ponta Grossa, 117, RGP 8. O
582 Requerente é Neide Pirillo Silva e outros, o relator é a Secretaria de Obras. Aqui é a
583 localização do expediente, próximo ao entroncamento da Juca Batista com o Retiro da
584 Retiro da Ponta Grossa. A análise urbanística descreve que o objeto do estudo está
585 localizado na avenida principal, Bairro Ponta Grossa, área de ocupação intensiva,
586 Macrozona 5, UEU 30, Quarteirão 413, Subunidades 16 e 17. O lote do empreendimento
587 está registrado sobre as matrículas 166.737.638, do Registro de Imóveis da 3ª Zona de
588 Porto Alegre. A gleba possui área de 709 m² atingida por traçado viário, que é uma das
589 vias e uma área de 184 m² atingida por um traçado viário de alargamento da Avenida
590 Principal da Ponta Grossa. O empreendimento não utiliza transferência de potencial
591 construtivo no local. Então, aqui a localização, prolongamentos, prolongamento é esse
592 aqui que vai terminar nessa rua, oportunamente na saída de outro empreendimento, essa
593 via terá continuidade. E aqui em relação à Estrada Retiro da Ponta Grossa a previsão é
594 um alargamento viário. Devido a um prolongamento dessa via a gleba foi dividida em dois
595 condomínios. As áreas denominadas de condomínio 1 e 2, porque juntas possuem 448
596 unidades habitacionais e enquadradas no Programa Minha Casa Minha Vida, faixa 1,5,



597 destinada à demanda habitacional prioritária nos termos da Caixa Econômica Federal e do
598 DEMHAB. Aqui só para identificar, então, o condomínio que está sendo chamado de
599 condomínio, essa área delimitada por esse limite em vermelho aqui, no lado direito do
600 prolongamento viário e que consiste em 23 blocos, 4 pavimentos, térreo mais 3, 357
601 economias residenciais e 11 economias residenciais destinadas para pessoas portadoras
602 de necessidades especiais. O condomínio 1 tem dois blocos economias não residenciais.
603 Em relação às vagas de estacionamento estão previstas 391 vagas, 12 para portadores de
604 necessidades especiais. Aqui a área de cerca de 1800 m² e uma área total construída de
605 17.5 mil m². O condomínio 2, que é essa outra parte do outro lado da via, que consiste em
606 cinco blocos, aqui estão dispostos 5 blocos com 4 pavimentos no formato do outro lado da
607 via. Aqui com 78 economias, uma área menor e duas economias residenciais destinadas a
608 pessoas portadoras de necessidades especiais. Em relação às vagas, 84 vagas, 2 para
609 portadores de necessidades especiais, área adensável de 3.187 m², uma área construída
610 de 3832 m². Eles solicitam a flexibilização de altura de lobby para a proposta de edificação
611 com 10,23 a 10,49m. O planejamento foi favorável à flexibilização de altura máxima, tendo
612 em vista a configuração da paisagem urbana e a plena utilização da infraestrutura. Há um
613 impacto pequeno medido com relação à diferença do que está previsto, o que é possível e
614 o que está sendo proposta pelo empreendimento. A CAADHAP aprovou esse EVU de
615 desmembramento com edificações, que é justamente esse desenho que estava
616 demonstrando dos dois condôminos e coloca a destinação de área pública para vias
617 projetadas que foram também identificados no território, compreendendo 2.930 m²
618 remanescentes e o saldo remanescente de 1.765 m², vai ser convertido, então, fazendo o
619 total de 4.695 m², correspondendo a 18% da área da matrícula, conforme previsto na
620 legislação. Os condicionantes que foram colocados para esse projeto, então, é a
621 assinatura de um DECAP ali, como a gente demonstrou, que tem uma parte dessa
622 destinação de área pública que não acontece no território, na área do projeto, como é de
623 praxe. Então, é um termo de conversão de área pública. O licenciamento das edificações
624 está condicionada à apresentação da matrícula da área de destinação pública em nome do
625 Município, fica essa condição. A CAADHAP deverá solicitar à Fazenda atualização da
626 elaboração do DECAP. E tem uma observação da Coordenação de Planejamento Urbano,
627 que esclarece também essa que da tramitação do processo de gravame viário. Então,
628 coloca aqui a aprovação do EVU e saindo essa continuidade ao andamento do processo
629 que foi retirado de pauta, mas que não é um ajuste na área desse projeto, a área desse
630 processo já tem a consolidação desses eixos viários que estão propostos. Também o
631 condicionante do DEP, que coloca que a aprovação do projeto e o desmembramento do
632 licenciamento vai estar condicionado a CPOD da SMIM. O Habite-se condicionado ao
633 recebimento das redes de drenagem pública e a liberação das bacias de amortecimento de
634 cada lote. A EPTC coloca dois grupos de condicionante, um para a etapa de aprovação de
635 projeto geométrico complementar, que tem que aprovar junto à EPTC, projeto executivo,
636 sinalização viária desse prolongamento da via que ficou em uma parte do lote que separa
637 os dois condomínios. E para o Habite-se do empreendimento é a execução desse
638 prolongamento de via. Um passeio também até o terminal de ônibus existente próximo ao
639 empreendimento. Pavimentação da área entre a borda do asfalto existente e o meio fio
640 projetado na atestada do empreendimento, prolongamento para o terminal de ônibus e a
641 doação de área de recuo viário incidente sobre a gleba. Então, completando ali esse
642 conjunto. Obrigada. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio
643 Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigada, Vaneska, pela apresentação. Então,



644 eu passo a palavra para o Conselheiro Felisberto fazer o seu relato de vista. **Felisberto**
645 **Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite a
646 todos e todas. Agora conselheiro relato da Vaneska fiquei com algumas dúvidas, mas eu
647 vou ler o meu parecer de vista e depois no debate... Então, onde eu digo “favorável”, eu
648 ainda não sou favorável, tá? Então, quero ver no debate, porque me surgiram algumas
649 dúvidas na apresentação da Vaneska, porque me parece que houve alguma diferença do
650 que houve da outra vez o relato da Patrícia. Posso estar enganado, né. Então, se estiver
651 enganado me desculpe. *Parecer de vista: Processo: SEI 19.0.000005293-3. Trata-se o*
652 *presente expediente SEI 19. 0.000005293-3, de prolongamento de três ruas que são:*
653 *Prolongamento da Rua Ilton Moreira de Souza até a Av. Juca Batista, com gabarito de*
654 *12,50m; - Prolongamento da Rua Eli Goraieb até a Av. Juca Batista, com gabarito de*
655 *12,50m; - Prolongamento da Dir. Cinco Mil Cento Oitenta até a Av. Principal da Ponta*
656 *Grossa, com gabarito de 12,50m. Segundo diz o parecer da relatora. No lote Nº165 as*
657 *áreas destinadas ao alargamento da Av. Principal da Ponta Grossa e ao prolongamento da*
658 *Rua Vinte e Sete de Agosto, com área total de 893,85m², estão computadas no cálculo de*
659 *destinação pública. O prolongamento da Rua Ilton Moreira de Souza será executado pelo*
660 *empreendedor devido ao lote Nº1 não possuir frente para via pública. Face a isto e*
661 *tratando-se de uma projeto habitacional este conselheiro acompanha a relatora, sendo*
662 *favorável a aprovação do EVU, apesar de não temos a manifestação do conselheiro da*
663 *RGP8 sobre este processo. Felisberto Seabra Luisi – Conselheiro da RGP1.* Então, fica em
664 aberto a questão do meu voto ainda, eu quero debater mais esse assunto e esclarecer.
665 Era isso, Secretário. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio**
666 **Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Eu consulto
667 se temos conselheiros inscritos para debater. Por favo, faça a inscrição e já inscrevo a
668 Vaneska para poder falar, fazer os esclarecimentos. Temos o Conselheiro Rafael Passos.
669 Mais algum conselheiro gostaria de debater? Lembrando que a gente está no momento de
670 retorno de relato de vista. A gente iniciou o debate. Temos o Conselheiro Gomes,
671 Professor Rômulo, Conselheira Jussara também. Mais algum Conselheiro para debater?
672 Conselheira Carolina também inscrita. Lembrando que hoje foi o relato de vista, já teve na
673 semana passada o momento de solicitação de vista. Conselheiro Felisberto. Nesse sentido
674 encerramos as inscrições para debate e oportunizo a fala para o primeiro conselheiro
675 inscrito, o Conselheiro Rafael. O Conselheiro Mark gostaria de fazer relato de vista. O
676 senhor não remeteu para nós, Conselheiro. Não havíamos recebido até o início da reunião
677 o seu relato de vista. Seguindo a conversa que tivemos, até por demanda de conselheiros
678 de que previamente deveriam ser remetidos. Eu estou lhe liberando o microfone. **Mark**
679 **Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul -**
680 **SOCECON/RS:** Presidente, na reunião passada nós tínhamos pedido vista, porque foi
681 apresentado novo relatório e eu queria fazer a minha vista. Eu apenas estou repetindo a
682 vista que fiz no momento anterior, por isso que eu queria agora referir, eu não ia enviar,
683 decidir não enviar novo texto, porque o texto que eu enviei no dia 24 de agosto me parece
684 que continua presente, ele não foi elucidado. **Germano Bremm, Secretário Municipal de**
685 **Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Então, vamos resgatar a
686 vista feita na outra vez e eu lhe oportunizo a fala para fazer o relato. **Mark Ramos**
687 **Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Eu
688 vou ler brevemente o que escrevi naquele momento, já que o segundo relatório
689 apresentado pela relatora da SMOI não me elucidou as informações que naquela ocasião
690 eu pedia. Escrevia naquele momento: *VISTAS AO EXPEDIENTE 20.0.00003483-0 e*



691 19.0.000005293-3 Após o exame da documentação, restou uma dúvida sobre os
692 prolongamentos das ruas Eli Goraieb, Ilton Moreira de Souza, e a Diretriz 5180, ao
693 observar a fotografia aérea apresentada, constatou-se que podem ocorrer sobre área de
694 mata nativa. Não encontrei nenhuma manifestação sobre isto. Seria importante esclarecer
695 se essa situação ocorre, e se positivo, quais os procedimentos para a sua preservação, ou
696 se serão previstas compensações. Cons. Econ. Mark Ramos Kuschick, representante da
697 Sociedade de Economia do RS no CMDUA. É nesse sentido, porque está havendo o
698 prolongamento dessas ruas e eles poderiam estar incidindo sobre essa área, porque não
699 há nenhum elemento melhor dentro do processo para esclarecer. Esse era meu relato de
700 vista, Senhores e Senhoras Colegas Conselheiros e Conselheiras. Obrigado, Presidente.
701 **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e**
702 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Mark, pelo relato de vista. Então,
703 feito o relato, retomamos para o debate, conforme os inscritos previamente, iniciando pelo
704 Rafael. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil –**
705 **IAB/RS:** Serei muito breve. São duas questões que eu queria perguntar, que, na verdade,
706 são muito pertinentes à arquitetura, mas que impactam no EVU, ainda que isso venha ser
707 analisado posteriormente na aprovação do processo, ele pode redundar em algumas
708 significativas se for o caso. A minha pergunta é, quer dizer, nós temos ali TR+3 com 10,23.
709 Eu estou tentando lembrar agora da lei específica do Minha Casa Minha Vida qual é o pé
710 direito mínimo permitido para que se atenda esse TR+3 com essa altura. Então, se isso
711 está adequado. E mais uma questão, para essa faixa, faz um tempo que eu não trabalho,
712 estou por fora, a memória não está me ajudando hoje, a questão como foi apresentado nas
713 plantas, eu acho que é importante analisar nessa etapa e não necessariamente na
714 aprovação, porque como eu falei pode impactar, porque pode impactar a altura na questão
715 volumétrica e também o que eu vou colocar agora na questão volumétrica de cada edifício,
716 de cada bloco, que é a necessidade de unidades com acessibilidades, para essa faixa elas
717 são obrigatórias. Até onde eu lembro, o Minha Casa Minha Vida para algumas faixas, e as
718 mais baixas principalmente, elas têm que ter o térreo totalmente acessível e acima
719 passíveis com uma face de intervenção delas se tornarem acessíveis. E conforme as
720 plantas que constam da prancha única do EVU, o banheiro e outros não estão compatíveis
721 na dimensão com a questão acessibilidade. Como eu falei, vai impactar, porque está tudo
722 tão encaixinho não só na altura, mas também na implantação, que se o bloco ganhar
723 dimensão pode trazer problemas ali incontornáveis na fase seguinte. Eu acho que eles
724 cabem sim, e já que apareceu, está nos autos, queria saber se isso foi analisado.
725 Provavelmente a nossa representante do DEMHAB possa ter as respostas que eu estou
726 perguntando aqui, porque elas me parecem importantes mesmo que não se trate
727 necessariamente de objeto específico da fase de EVU, mas foi apresentado. **Germano**
728 **Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade –**
729 **SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Rafael Passos. Na sequência a Conselheira Jussara.
730 **Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e**
731 **Ambiental – ABES/RS:** Boa noite a todos. Eu quero dizer que da primeira vez que foi
732 relatado eu não tive muita dúvida, mas acho que eu entendi errado, eu estava focando
733 mais nas vias mesmo. Agora, pelo que eu entendi, tem a ver com o EVU do todo, que
734 inclui além das vias os próprios condomínios, né! E me parece que em sendo a área uma
735 área única de um proprietário e aí passam as guias ali, deveria ter sido um loteamento e
736 não um desmembramento com dois condomínios E com isso faz diferença a quantidade de
737 área pública. Então, eu gostaria de um esclarecimento em relação a isso, porque pelo que



738 foi descrito ali a área era um todo. Então, parece que a área das vias estava embutida
739 dentro da área do proprietário ou essa área das vias já era área pública? Essa é minha
740 dúvida. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e**
741 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Jussara. Na sequência o
742 Conselheiro Gomes. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de**
743 **Planejamento Seis – RGP. 6:** Boa noite novamente, presidente. Eu ia fazer um relato de
744 vista, eu estudei o projeto, mas não tive tempo de fazer o relato de vista. eu queria fazer
745 um comentário, que é o que cabe, né, sobre o projeto no geral. Lembrando que o projeto
746 edificação não está em licenciamento, está em licenciamento o Estudo de Viabilidade
747 Urbanística, que, inclusive, vai dar as bases para o projeto de edificação. E ele trabalhou,
748 o projeto foi muito bem trabalhado, assim, pelo o que a gente tem visto aqui no aqui no
749 Conselho, eu peguei o projeto por curiosidade quando eu vi a primeira vez que foi
750 apresentado. Estava muito bem trabalhado, é um projeto que, digamos assim, não tem
751 apelos que a gente usa em arquitetura, às vezes, para tentar viabilizar alguma coisa. Em
752 várias quadras ali, em várias situações o arquiteto conseguiu concentrar quatro prédios,
753 são prédios pequenos, prédios de quatro pavimentos com 16 apartamentos. Então, fica um
754 modo de morar interessante. Alguns conselheiros têm colocado aqui, já vi colocarem essa
755 preocupação da gente fazer grandes ajuntamentos às vezes, com grandes alturas e
756 colocando a população de interesse social. Evidentemente, quando tu consegues fazer
757 esse tipo de proposta e colocar esse tipo de proposta, com certeza tu tens um projeto
758 permitindo que se desenvolva uma boa qualidade de morar, e aí nós estamos falando de
759 qualidade de vida. Nesse sentido, eu quero dar os parabéns para o arquiteto, os dois que
760 fizeram o projeto. Não há óbice, meu voto vai ser favorável. Obrigado. **Germano Bremm,**
761 **Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:**
762 Obrigado, Conselheiro Gomes, pela manifestação. Conselheiro Professor Rômulo.
763 **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Boa
764 noite a todos. A questão que eu trago é bem familiar, é vizinha, vamos dizer ao que o
765 Rafael e o Gomes colocaram aqui. Eu vejo que ele foi submetido à Prefeitura, ele foi
766 minuciosamente analisado, avaliado pelos técnicos lá da Prefeitura e, como com todos
767 acontece, chega aqui em condições de serem aprovados, cumpriram todos os
768 requerimentos, exigências, tanto quantitativas, quanto qualitativas, que a nossa legislação
769 impõe. Não obstante, o projeto não é satisfatório. Eu discordo um pouco do Gomes, eu não
770 acho que seja um bom projeto, acho que é um projeto que o que nós vemos ali, na
771 realidade, é uma coleção 28 torretas espalhadas ali numa área cercada de
772 estacionamentos por todos os lados, é uma área fragmentada, uma área que não tem a
773 criação de um espaço condominial. Existe um monte de resíduo espacial ali, uma coleção
774 enorme de resíduos que fora, ocupados por estacionamentos. Mas o problema maior, aí eu
775 queria colocar isso, porque neste momento eu não estou mirando na questão do projeto
776 propriamente dito, mas estou mirando no Plano Diretor, com vista à reavaliação. É o
777 seguinte, é que nós não temos como interferir nisso, o nossa Plano Diretor tem uma
778 determinação de densidades, que embora seja coente com as leis gerais da Cidade, no
779 sentido de haver uma decrescente de densidade, desde o Centro até as bordas, ele traz
780 consigo outra determinação, que é colada no índice de aproveitamento, que é a expressão
781 da densidade, colada aos demais controles urbanísticos, que são relativos à forma
782 construída, também são compatíveis. Ou seja, achatam os edifícios todos e gera uma
783 situação dessa, quer dizer, isso é uma imposição do Plano Diretor. Quer dizer, o Plano
784 Diretor não podia ter uma coisa ligada na outra, uma coisa é o índice de aproveitamento,



785 que deve ser cumprido, outra coisa é o dispositivo, a organização interna dos espaços.
786 Quer dizer, se nós pudéssemos ter mais altura certamente teríamos muito mais qualidade,
787 tanto interna no condomínio, em termos qualidade espacial de convivência dos moradores,
788 quanto da Cidade. Então, embora a gente não possa fazer nada hoje em relação a isso,
789 porque a legislação é essa que nós temos... (Sinalização de tempo esgotado). Eu vejo
790 como necessário repensar, agora que nós estamos no limiar de estudar Plano Diretor,
791 estudar essa questão de desligar o índice de aproveitamento dos demais. (Sinalização de
792 tempo esgotado). Quer dizer, teria que ser permitido construir com mais altura, mesmo
793 observando a densidade, porque a densidade não é ocupação do espaço, a densidade é a
794 quantidade de gente, é a quantidade de espaço construído. Então, essas duas questões é
795 que são, na minha maneira de ver, as grandes responsáveis pela pobre solução
796 arquitetônica interna do condomínio. **Germano Bremm, Secretário Municipal de**
797 **Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Professor
798 Rômulo, muito rica a sua fala. Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular),**
799 **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu ainda continuo com aquelas
800 dúvidas que eu falei no meu relato, a questão do prolongamento da rua até a Juca Batista,
801 que eu pensei no primeiro momento que ela não seria discutida nesse processo. E me
802 parece, pela exposição da Vaneska, que se trata da possibilidade disso. Quanto ao
803 impacto dessas construções na região, não há qualquer manifestação no sentido dos
804 moradores do entorno e nem mesmo do representante da região. Então, a gente não tem
805 uma avaliação. Eu conheço a região, acho que ela propicia uma moradia. Não concordo
806 que vão ser moradias de péssima qualidade para os habitantes, eu acho que ela está
807 dentro de um padrão dali, mas ficam as minhas dúvidas com relação à segunda etapa. E aí
808 a Jussara me socorreu com a questão do loteamento, né! Então, me parece que são duas
809 fases, aí diminuí uma série de exigências. E ainda continuo em dúvida, o meu voto seria
810 favorável dentro daquilo que foi apresentado pela Patrícia na outra sessão. Então, o meu
811 voto por enquanto é abstenção. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo,**
812 **Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Na
813 sequência a gente tem a Conselheira Carolina e a Conselheira Vaneska. **Carolina Wallau**
814 **de Oliveira Kessler (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento**
815 **Econômico – SMDE:** Boa noite, Conselheiros. Eu vou tentar responder algumas
816 questões. O Conselheiro Rafael comentou sobre o pé direito, que são aprovados nas
817 habitações de interesse social. O pé direito é de 2,50. Em relação à acessibilidade, ela é
818 um requisito para a Caixa Econômica. Todos os programas, todos os empreendimentos
819 que anteriormente eram o Minha Casa Minha Vida, atualmente o Minha casa Verde e
820 Amarela, eles tem que ter todas as áreas comuns acessíveis e tem que ter um
821 porcentagem, que se eu não me engano é de 3% de unidades acessíveis e adaptadas
822 para as pessoas com deficiência. Então, em princípio esse empreendimento atende. Em
823 relação ao que o Rômulo colocou em relação ao PDDUA, realmente, são questões que a
824 gente tem que revisar para o Plano Diretor, o vigente é o que a gente está seguindo, a
825 gente não tem como fugir. Eu tive uma dificuldade de acesso ao sistema, em relação ao
826 questionamento da Jussara, de parcelamento de solo, em relação a ser loteamento ou
827 desmembramento. Eu vou fazer uma colocação que eu não sei se ela se aplica, mas
828 quando uma gleba é atingida por área de preservação ou por outros quesitos ambientais,
829 eles podem ser descontados da área da matrícula não só para... Deixa eu até ver aqui, o
830 artigo 138 do Plano Diretor, §8º - *poderão ser descontados da matrícula para fins de*
831 *cálculo de áreas de destinação pública as áreas de preservação permanente, desde que*



832 *essas não computem como área de equipamentos urbanos ou comunitários.* Então, pode
833 ser que ele se enquadre nesse quesito, por isso entrou como desmembramento, nessa
834 diferença de área. O que eu anotei foi isso, se ficou alguma questão em aberto eu posso
835 olhar o chat ou ajudar a Vaneska também nas respostas. **Germano Bremm, Secretário**
836 **Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado,
837 Conselheira Carolina, pela contribuição ao debate também. Por último a Conselheira
838 Vaneska. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretária de Municipal de**
839 **Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Boa noite novamente. Vou
840 tentar esclarecer. Tem uma questão que eu acho que talvez tenha criado alguma confusão
841 sobre a tramitação desses processos. A gente tem um processo tramitando no Conselho,
842 que é um Estudo de Viabilidade Urbanística, que é este que a gente está debatendo, que
843 compõem ele essas metades residenciais e esses blocos de edifícios. E existe outro
844 processo, que é com relação ao gravame viário da estruturação urbana dessa região.
845 Então, por isso teve uma apresentação de processo que não continha todo esse
846 detalhamento do EVU, porque ele era com relação à estruturação urbana. E nesse sentido,
847 nesse projeto que trata, ele traz a Eli Goraieb, que não vai mais haver esse
848 prolongamento, que foi a questão que no fez retirar o processo de pauta. Então, o que vai
849 ser de fato realizado é esse prolongamento da Ilton Moreira de Souza, que está nesse
850 expediente. Entendo que essa seja a questão com relação ao gravame das vias. E como a
851 gente olhou, já estava referindo no parecer de que esse projeto aprovado de estruturação
852 urbana, o gravame vai estar compatível, ele está compatível com esse projeto que está
853 sendo apresentado aqui. Então, acho que essa é a questão desses dois processos, por
854 isso tenha notado essa diferença de alguma informação que a Diretora Patrícia trouxe em
855 outro momento, que talvez ela estivesse apresentando o gravame. As apresentações são
856 as mesmas, a gente acessa os mesmos arquivos. Então, se fosse sobre esse processo ela
857 cairia nesse mesmo link, a gente tem um sistema que a gente está implementando de
858 controle das informações que são colocadas aqui. Com relação à questão de loteamento,
859 desmembramento, a questão importante que foi trazida pela Conselheira Jussara é essa
860 questão da destinação de área pública. Então, ela está de acordo com o que está previsto
861 para essa faixa, esse tipo de empreendimento, que soma ali os 18% que está colocado ali
862 como parte do lado no terreno e parte como termo de convenção de área pública por
863 alguma condição de análise e de colocação em outro território. Com relação às questões
864 de qualidade do espaço construído, que foi colocado pelo Conselheiro professor Rômulo,
865 com certeza a gente vê também várias questões, vários desafios a serem enfrentados no
866 processo da revisão do plano para trazer mais qualidade para todos esses
867 empreendimentos, enfim, de uma maneira geral. Independente da faixa e da classe esses
868 terrenos e projetos têm que ser qualificados, melhor integrados na Cidade. Acho que é um
869 desafio mesmo para a gente pensar como isso pode ser estruturado para que a gente
870 possa ter a forma mais adequada de ocupação do solo. Mesmo entendendo que existem
871 econômicas, outras soluções, também existem qualidades que poderiam ser agregadas
872 espaciais dentro da implantação do projeto. Mas hoje a gente trabalha com as regras que
873 nós temos aí, é bem importante a gente ter em mente e trabalhar essas questões de outra
874 forma, desvinculando mesmo que densidade pode acontecer de diferentes formas. Eu
875 entendo que as outras questões a Arquitecta Carolina já pontuou, Então, são esses os
876 esclarecimentos que eu teria neste momento com relação a esse processo. **Germano**
877 **Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade –**
878 **SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Vaneska. Nesse sentido, Senhores Conselheiros, acho



879 que estamos maduro, passado o período de debates a gente coloca o presente expediente
880 em deliberação. Então, tivemos o relato favorável da Secretaria de Obras, hoje ouvimos o
881 relato de vista, após a gente colocou em debate com as falas aqui registradas. Então,
882 colocamos e, votação, consultando a conselheira representante do DEMHAB, se vota
883 favorável ao contra o PARECER FAVORÁVEL da relatora. **VOTAÇÃO NOMINAL:**
884 **Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira (Titular), Departamento Municipal de**
885 **Habitação – DEMHAB: Favorável. Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente),**
886 **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC: Favorável. Sônia Castro**
887 **(Titular), Gabinete do Prefeito – GP: Favorável. Virginia Darsie de Oliveira (1ª**
888 **Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional –**
889 **METROPLAN: Favorável. Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria de**
890 **Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS: Favorável.**
891 **Carolina Wallau de Oliveira Kessler (1ª Suplente), Secretaria Municipal de**
892 **Desenvolvimento Econômico – SMDE: Favorável. Gustavo Garcia Brock (Titular),**
893 **Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV: Favorável. Rômulo Krafta**
894 **(Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS: Face ao dado que a**
895 **proposta atende a todas as requisições legais eu sou favorável. Jussara Kalil Pires (1ª**
896 **Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:**
897 **Abstenção. Júlio Picon Alt (1º Suplente), Acesso Cidadania e Direitos Humanos -**
898 **ACESSO CDH: A gente vai se abster também, porque seria a Claudete que votaria neste**
899 **momento e ela teve um imprevisto médico. José Rodolfo Fork (1º Suplente), Associação**
900 **Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA: Favorável. Emílio Merino**
901 **Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:**
902 **Abstenção. Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil –**
903 **IAB/RS: Considerando que a altura máxima de 9m tem uma intenção, que é a intenção de**
904 **dizer que essa é uma área que se pretende... Germano Bremm, Secretário Municipal de**
905 **Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS: Seu voto! Rafael Pavan**
906 **dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS: Estou só**
907 **explanando e justificando meu voto. De residências unifamiliares, essa é a intenção**
908 **quando se dá um limite de altura de 9m, eu voto contrário. Rodrigo Adanis Barbieri (2º**
909 **Suplente), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:**
910 **(Sem áudio). Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do**
911 **Rio Grande do Sul - SENGE/RS: Acompanho o relator, corroborando com os argumentos**
912 **do Professor Rômulo. Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da**
913 **Construção Civil – SINDUSCON: Boa noite a todos. Eu sou favorável e apoio também**
914 **algumas observações do Professor Rômulo, que possa ajudar no novo Plano Diretor.**
915 **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e**
916 **Sustentabilidade – SMAMUS: Eu peço que fiquem atentos ao “sim” ou contrário, para a**
917 **gente não retomar no período de votação o debate, que é sempre bem vindo, mas na**
918 **votação vamos tentar o favorável ou contrário. Mark Ramos Kuschick (Titular),**
919 **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS: Abstenção. Felisberto**
920 **Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1: Vou manter o**
921 **meu parecer de vista, sou f, em virtude de todas as explicações e o alcance social que o**
922 **projeto tem. Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento**
923 **Dois – RGP. 2: Abstenção. Ronie Gomes (1º Suplente), Região de Gestão de**
924 **Planejamento Três – RGP. 3: Favorável. Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de**



925 **Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Abstenção. **Wagner Pereira dos Santos (1º**
926 **Suplente), Região de Gestão de Planejamento Cinco – RGP. 5:** Abstenção. **Luiz**
927 **Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:**
928 **Favorável. Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP.**
929 **7:** Considerando que não se está levando em consideração o aspecto da vizinhança e da
930 boa convivência, do convívio da elaboração e muito mais preocupados... **Germano**
931 **Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade –**
932 **SMAMUS:** Seu voto, Conselheira! **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de**
933 **Planejamento Sete – RGP. 7:** Eu estou justificando. Algum problema, Secretário? Eu
934 estou justificando o meu voto. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo,**
935 **Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Favorável, contrária ou abstenção?
936 Senão a gente reabre o debate, né! Lembra que a gente tenta fazer... **Maristela Maffei**
937 **(Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Então, o senhor vote por
938 mim, por gentileza. Eu sou contra! **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de**
939 **Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Favorável. **Emerson Gonçalves dos Santos**
940 **(Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e**
941 **Ambiental – OP-HOCDUA:** Favorável. **Germano Bremm, Secretário Municipal de**
942 **Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Consignamos a abstenção
943 registrada no chat do Conselheiro Barbieri, representando o SAERGS. Temos 17 votos
944 favoráveis, 2 votos contrários e 8 abstenções. Então, **APROVADO** o Item 4.02 da pauta:
945 Estudo de Viabilidade Urbanística na Estrada Retiro da Ponta Grossa, 117. Perfeito,
946 Senhores Conselheiros, são 19h54min. Dificilmente avançaríamos para o 4.04 da pauta,
947 porque temos um relato, apresentação de parecer. Então, a gente posterga para a próxima
948 reunião. Agradeço a oportunidade do convívio com todos os conselheiros pedindo
949 novamente desculpas pela minha rigidez na tentativa de seguir o regimento. Eu sei que
950 muitos conselheiros gostariam de falar em mais oportunidades, mas é natural em um
951 conselho onde se tem vários representantes, várias visões, que a gente tente enquanto
952 comandante desse processo tentar seguir a regra, o espaço para as manifestações, em
953 respeito também aos demais conselheiros. Então, agradeço novamente a oportunidade,
954 desejo uma excelente noite a todos vocês. Até mais, tchau, tchau!

955 ***Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal***
956 ***de Desenvolvimento Urbano e Ambiental – CMDUA, às 19h54min, da qual foi lavrada***
957 ***a presente ata por mim, Patrícia Costa Ribeiro, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM,***
958 ***prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.***

Ata aprovada na sessão CMDUA de 05/10/2021, por maioria.

Link YouTube da sessão: <https://youtu.be/hLbPYnzre1o>

Favoráveis: DEMHAB, EPTC, GP, METROPLAN, SMAMUS, SMDET,
SMGOV, UFRGS, ABES-RS, AREA, SENGE, SINDUSCON, SOCECON,
RGP2, RGP3, RGP6, RGP7, RGP8, OP;

Abstenções: SAERGS, RGP1, RGP4, RGP5